

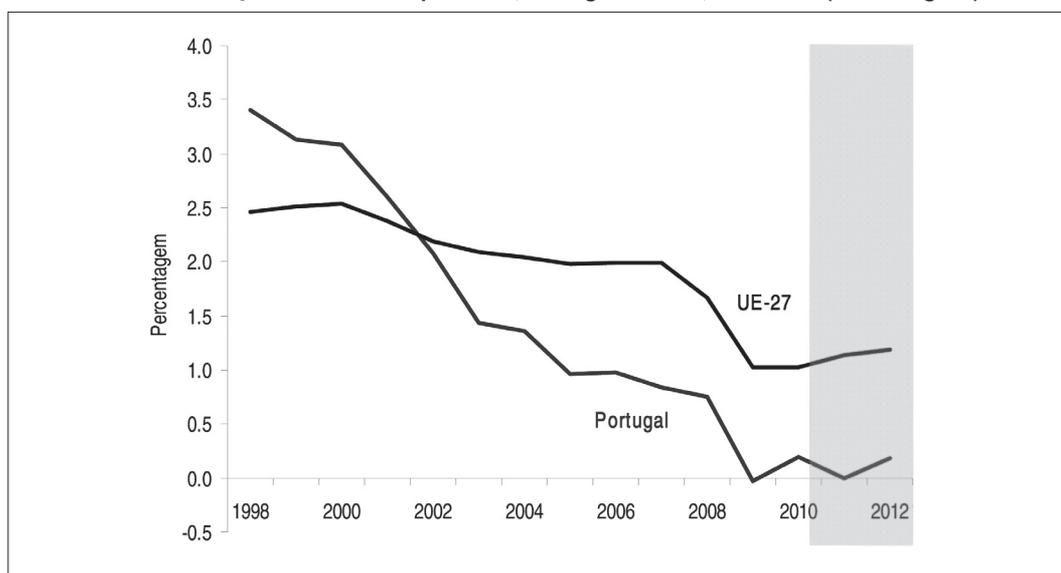
1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: PIB Potencial

Dois fenómenos marcaram, indelevelmente, desde a segunda metade da década de 90, a evolução da economia portuguesa: a globalização e o início do Euro.

A globalização trouxe consigo um extraordinário aumento de competição a nível global, sobretudo pelo advento de países emergentes como a China, a Índia, o Brasil ou a Rússia (BRIC); o início do Euro (1999) levou a que Portugal perdesse dois instrumentos de política económica tradicionais (política monetária e política cambial) que facilitavam ajustamentos e permitiam recuperar, ainda que artificialmente, a competitividade da economia.

A adaptação insuficiente da economia portuguesa à nova ordem económica global tem sido visível na evolução do PIB potencial...

Taxa de variação anual do PIB potencial, Portugal e UE-27, 1998-2012 (Percentagens)



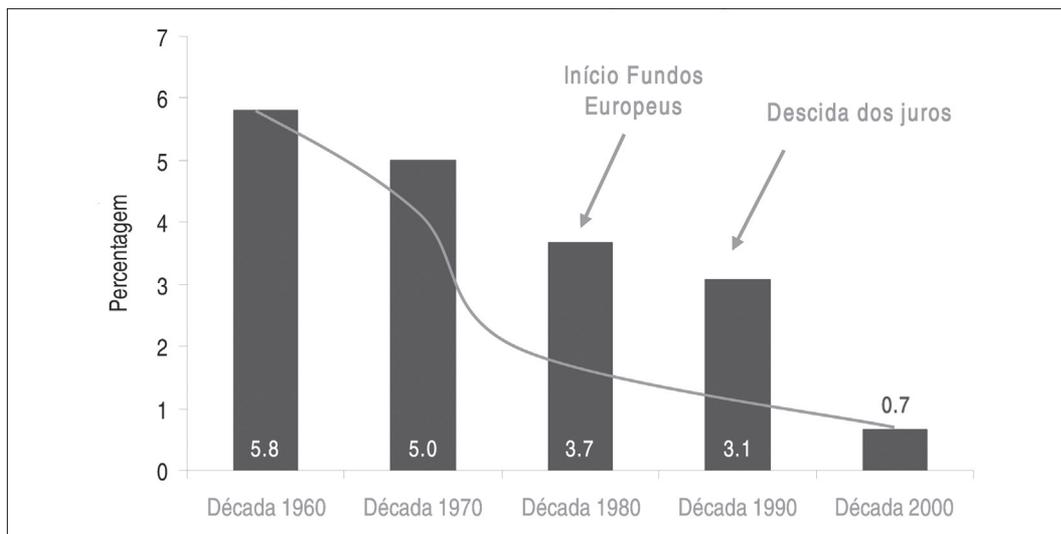
Fonte: Comissão Europeia.

* Mestre em Teoria Económica; Ex-Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Crescimento do PIB.

... e no baixíssimo crescimento real que tem sido registado desde o início da presente década. Apesar da evolução sempre decendente desde a década de 60, a queda dos anos 90 para a década actual é fortíssima.

Portugal: Crescimento do PIB em termos reais (%), 1961-2010

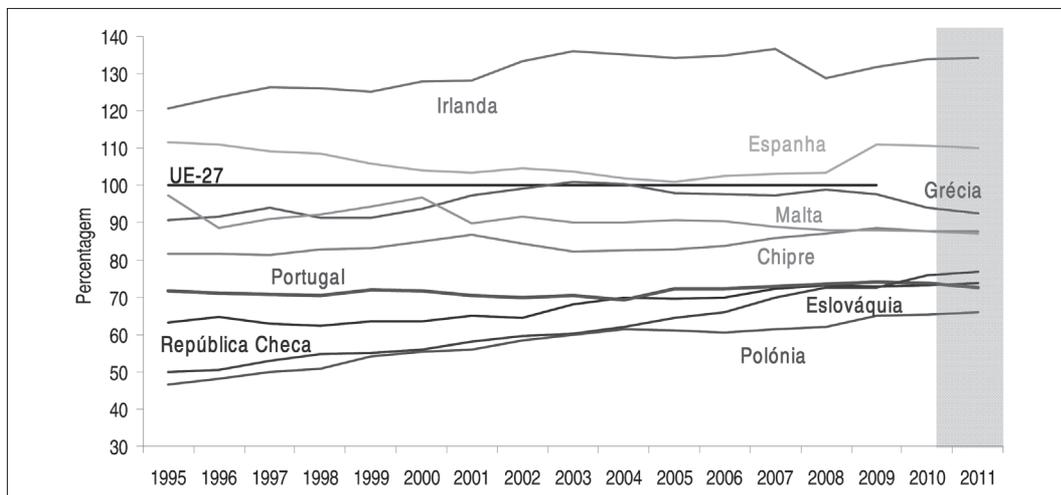


Fontes: Comissão Europeia; cálculos do autor.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Produtividade.

Num ambiente global de grande concorrência, o crescimento insuficiente da produtividade tem-se mantido como a principal explicação para a baixa criação de valor e para a falta de competitividade da economia portuguesa.

Produtividade do trabalho em países europeus seleccionados, 1995-2011
(UE-27 = 100)



* PIB per capita (ajustado pelas paridades do poder de compra) / população empregada.

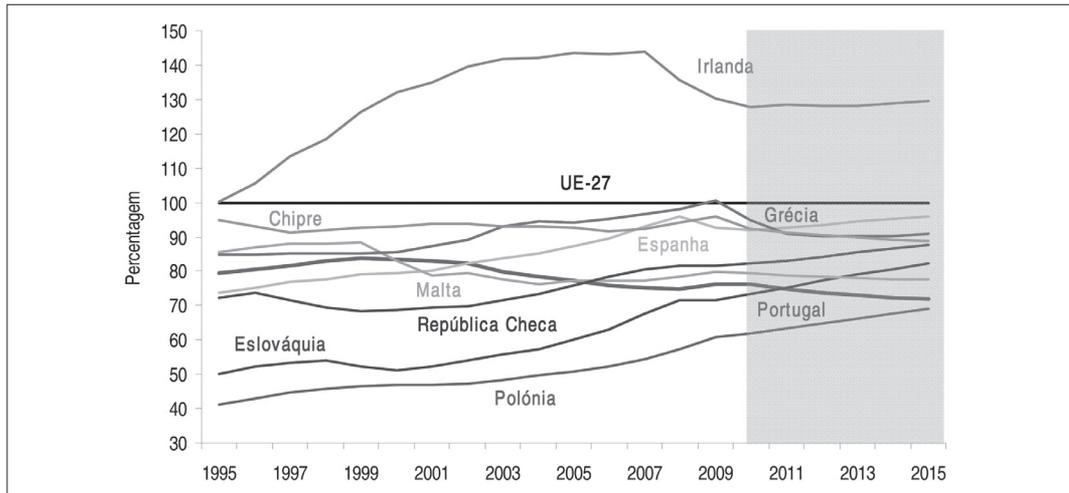
Fontes: Comissão Europeia; cálculos do autor.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Nível de Vida.

Já antes da eclosão da crise internacional estávamos a empobrecer relativamente à média dos países comunitários, sendo ultrapassados por vários dos novos Estados-membros.

As projecções apontam para a manutenção desta trajectória de empobrecimento pelo menos até metade da próxima década.

PIB per capita * em países europeus seleccionados, 1995-2015
(UE-27 = 100)



* PIB per capita ajustado pelas paridades do poder de compra.

Fontes: FMI; cálculos do autor.

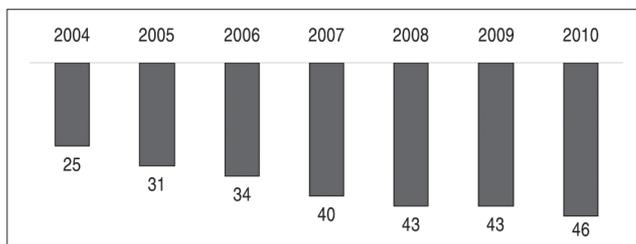
1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Competitividade.

Portugal tem experimentado opções de política pouco viradas para a competitividade da economia, como se comprova pela evolução do país nos principais rankings de competitividade internacionais.

Países como Estónia, República Checa, Chipre, Polónia ou Eslovénia são mais competitivos do que Portugal.

Entre os 27 países da União Europeia, Portugal encontra-se, em 2010, em 18º lugar.

Evolução da posição de Portugal no ranking de competitividade do World Economic Forum



* Posição de 2009 entre parêntesis. Os países da União Europeia encontram-se indicados a laranja

Fonte: World Economic Forum.

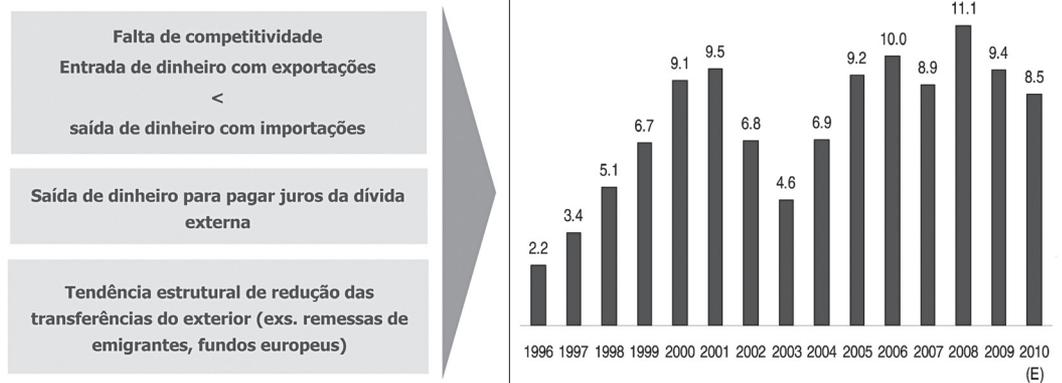
Ranking de competitividade do World Economic Forum, 2010*

1 Suíça	(1)	32 Tunísia	(40)
2 Suécia	(4)	33 Estónia	(35)
3 Singapura	(3)	34 Omã	(41)
4 EUA	(2)	35 Kuwait	(39)
5 Alemanha	(7)	36 Rep. Checa	(31)
6 Japão	(8)	37 Bahrain	(38)
7 Finlândia	(6)	38 Tailândia	(36)
8 Holanda	(10)	39 Polónia	(46)
9 Dinamarca	(5)	40 Chipre	(34)
10 Canadá	(9)	41 Porto Rico	(42)
11 Hong Kong	(11)	42 Espanha	(33)
12 Reino Unido	(13)	43 Barbados	(44)
13 Taiwan	(12)	44 Indonésia	(54)
14 Noruega	(14)	45 Eslovénia	(37)
15 França	(16)		
16 Austrália	(15)	47 Lituânia	(53)
17 Qatar	(22)	48 Itália	(48)
18 Áustria	(17)
19 Bélgica	(18)	50 Malta	(52)
20 Luxemburgo	(21)
21 Arábia Saudita	(28)	52 Hungria	(58)
22 Coreia do Sul	(19)
23 Nova Zelândia	(20)	60 Eslováquia	(47)
24 Israel	(27)
25 EAU	(23)	67 Roménia	(64)
26 Malásia	(24)
27 China	(29)	70 Letónia	(68)
28 Brunei	(32)	71 Bulgária	(76)
29 Irlanda	(25)
30 Chile	(30)	83 Grécia	(71)
31 Islândia	(26)

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Endividamento Externo.

A insuficiente criação de valor tem limitado a capacidade de o rendimento interno suportar o investimento e o consumo, provocando um aumento sustentado do endividamento da economia.

Necessidades de financiamento do exterior (saldo da Balança Corrente e de Capital)
(Percentagem do PIB)



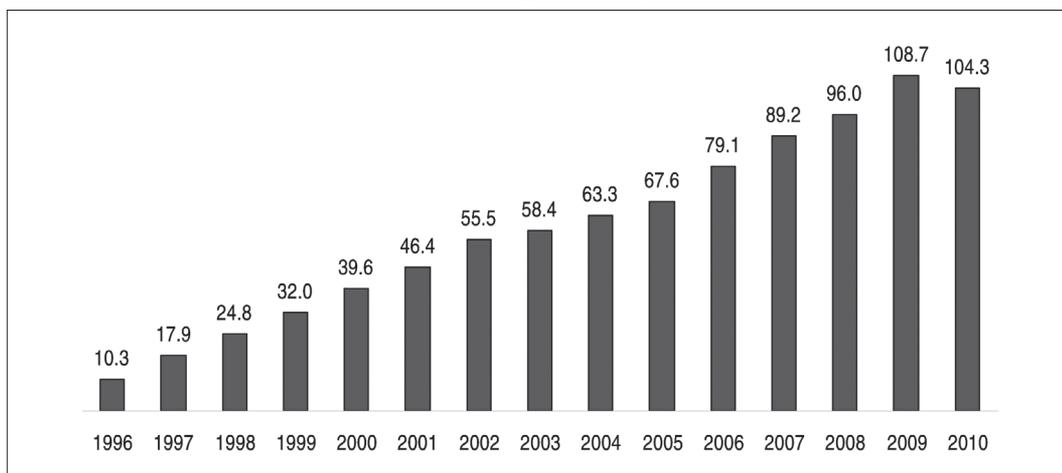
^E Estimativa.

Fonte: Banco de Portugal.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Endividamento Externo.

O recurso crescente à poupança do exterior traduziu-se num aumento das responsabilidades externas líquidas totais da economia portuguesa – isto é, um endividamento externo – que, em 2009 e 2010, já é superior à riqueza gerada anualmente no país.

Stock das responsabilidades externas líquidas (endividamento externo) de Portugal, 1996-2010¹
(Percentagem do PIB)



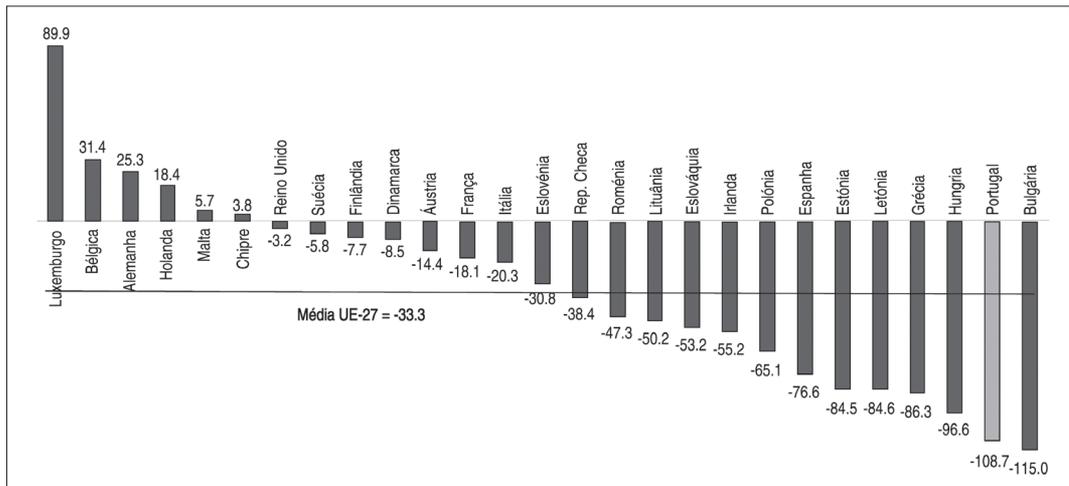
¹ O valor para 2010 respeita aos três primeiros trimestres do ano.

Fontes: Banco de Portugal; cálculos do autor.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Endividamento Externo.

Portugal regista o maior endividamento externo¹ da Zona Euro e o segundo maior da União Europeia.

Endividamento externo¹ UE-27, 2009²
(Percentagem do PIB)



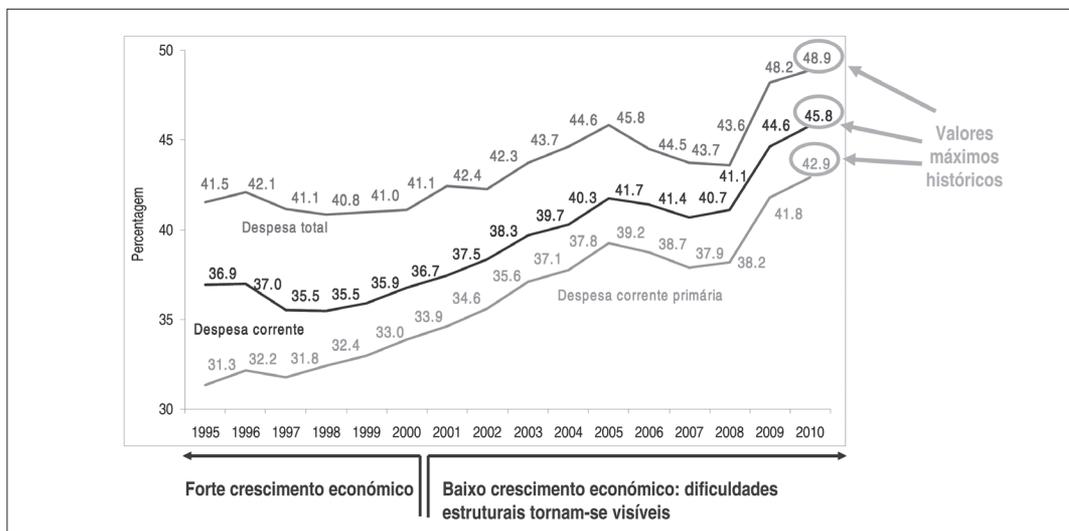
¹ Responsabilidades externas líquidas da economia. ² 2008 para Bélgica, Alemanha, Malta, Chipre, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Áustria, França, Itália, Eslovénia, Rep. Checa, Roménia, Lituânia, Eslováquia, Irlanda, Espanha e Hungria.

Fontes: FMI, Bancos Centrais.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

Portugal tem prosseguido um política orçamental errada, com um nível de despesa pública, nomeadamente a despesa corrente primária, muito elevado para o nível de riqueza do país.

Despesa pública total, corrente e corrente primária, 1995-2010
(Percentagem do PIB)

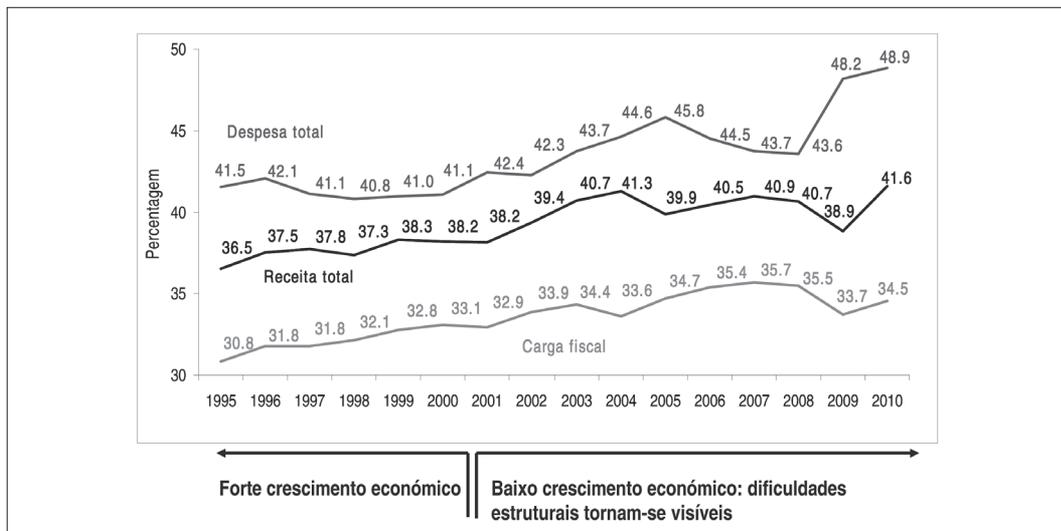


Fontes: INE, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

A despesa pública tem estado assente numa carga fiscal crescente e excessiva em relação ao nível de rendimento médio existente em Portugal.

Despesa pública total, receita total e carga fiscal*, 1995-2010
(Percentagem do PIB)



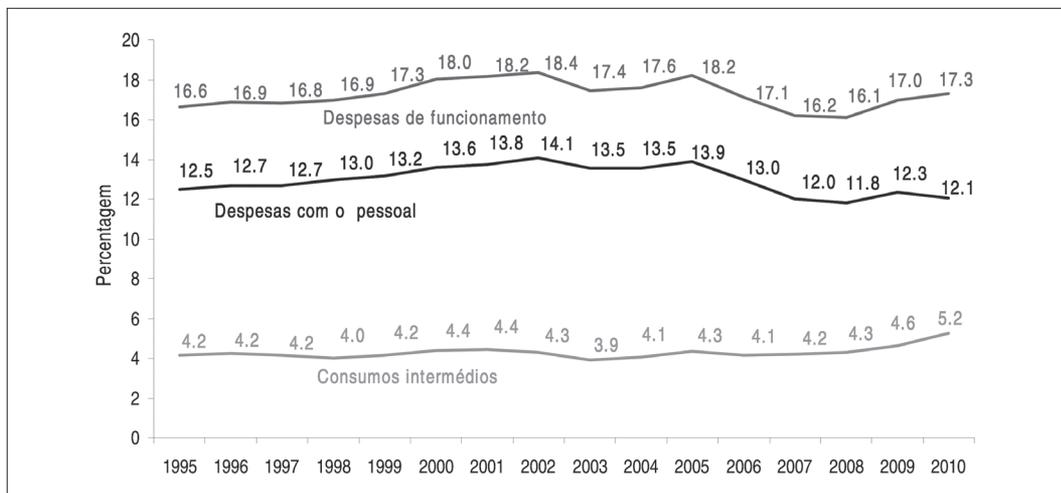
* Impostos directos, impostos indirectos e contribuições para a Segurança Social.

Fontes: INE, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

As despesas de funcionamento mantêm-se a um nível muito elevado, apesar do PRACE, que não cumpriu os objectivos inicialmente traçados em termos de poupança.

Despesas públicas de funcionamento (despesas com o pessoal + consumos intermédios), 1995-2010
(Percentagem do PIB)

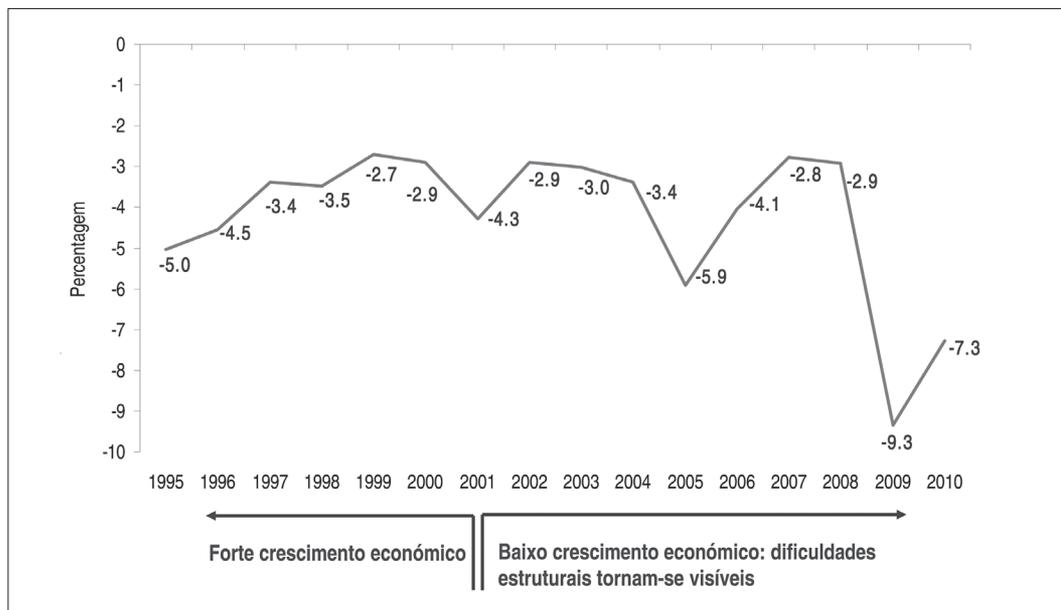


Fontes: INE, Ministério das Finanças e da Administração Pública; cálculos do autor.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

Registámos em 2009/2010, défices públicos record...

Saldo orçamental, 1995-2010
(Percentagem do PIB)

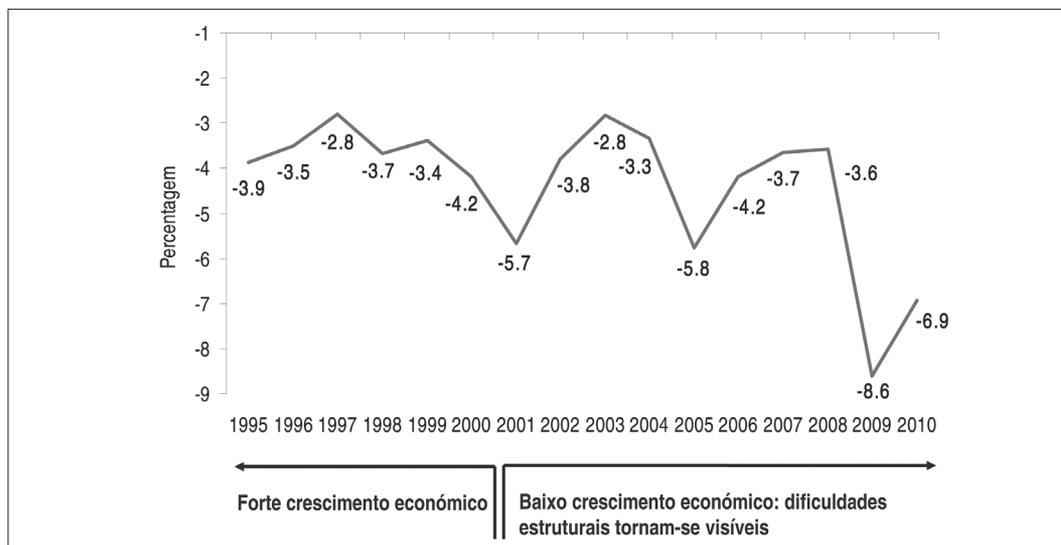


Fontes: INE, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

... mesmo em termos estruturais.

Saldo orçamental estrutural*, 1995-2010
(Percentagem do PIB)



* Ciclicamente ajustado.

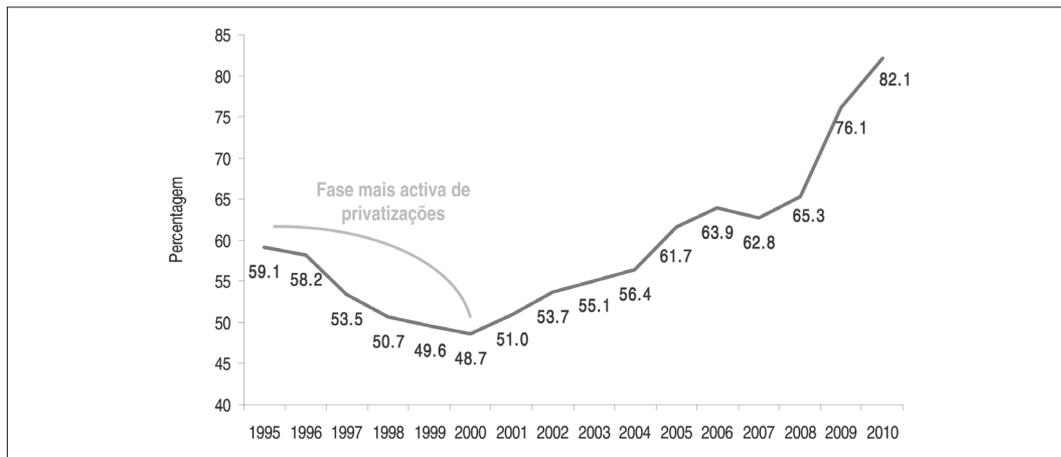
Fonte: Comissão Europeia.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

Em 2010, a dívida pública atingirá um valor record superior a 80% do PIB (mas subirá ainda mais em 2011...).

Dívida pública directa, 1995-2010

(Percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Finanças Públicas.

Se se adicionar a dívida pública indirecta (em que se inclui, por exemplo, o endividamento do sector público empresarial, e o valor actual dos compromissos projectados com parcerias público-privadas – PPP), o endividamento público total ascende a quase 110% do PIB.

Endividamento público total, 2005-2010

(valores em % do PIB)

		2005	2006	2007	2008	2009	2010E
Dívida pública directa (1)	EUR milhões	96 469.0	102 440.5	105 856.5	112 352.8	127 907.9	142 259.8
Dívida pública indirecta (2)	% PIB	62.8	63.9	62.7	65.3	76.1	82.4
Parcerias público-privadas e concessões*	EUR milhões	14 741.3	13 941.3	13 569.1	14 757.4	23 833.2	14 777.9
	% PIB	9.6	8.7	8.0	8.6	14.2	8.6
Endividamento das EPNF**	EUR milhões	22 226.7	24 885.3	28 354.7	36 372.9	30 346.4	31 157.6
	% PIB	14.5	15.5	16.8	21.1	18.1	18.0
Endividamento público total (3) = (1) + (2)	EUR milhões	133 437.1	141 267.1	147 780.3	163 483.2	182 087.5	188 195.3
	% PIB	86.8	88.1	87.6	95.0	108.3	109.0

E – Estimativa.

* O valor dos encargos futuros com Parcerias público-privadas e concessões (PPPC) foi actualizado para o ano em questão utilizando como factor de desconto a taxa média de emissão da dívida pública portuguesa a longo prazo (30 anos, próximo do horizonte médio dos encargos com PPP) verificada no mercado secundário. Os valores utilizados foram os seguintes: 2005 e 2006, 4.346% (não foi possível obter dados anteriores a 2006, pelo que se utilizou a mesma taxa de desconto para os dois anos); 2007, 4.635%; 2008, 4.821%; 2009, 4.647%; 2010, 5.377% (até Outubro 15, 2010). A consideração desta taxa a 30 anos resulta do facto de ela traduzir o custo de oportunidade de, em vez da celebração de parcerias com o sector privado, o Estado optar pela alternativa da efectivação dos projectos via investimento público tradicional e financiá-la "dentro" do sector público em cada ano (o que, com um orçamento deficitário, levaria a que estas despesas adicionais tivessem que ser financiadas recorrendo à emissão de dívida pública, que paga uma determinada taxa de juro). Devido ao facto de, no OE'2011 – documento com valores mais recentes para os encargos futuros com parcerias público-privadas e concessões –, o Governo ter admitido que, a partir do final dos respectivos contratos, as concessões rodoviárias do Estado revertem para a empresa Estradas de Portugal (EP) e as subconcessões voltam a ser assumidas pela EP, cabendo a esta a totalidade das respectivas receitas e encargos futuros até ao termo da concessão geral, a ocorrer em 2082, a partir de 2029, inclusive, as concessões e subconcessões passaram, de acordo com o Governo, a gerar receita líquida e em montantes anuais substanciais (acima de EUR 3 mil milhões) a partir do final da década de 30. O problema é que não só não são conhecidos nenhuns pormenores sobre os pressupostos que presidiram à elaboração dos cálculos sobre estas receitas, como é provável que, até essa altura, estas concessões e subconcessões voltem a ser adjudicadas (re-afectadas). Assim sendo, considerou-se os encargos futuros apenas até 2028, inclusive, sendo esses os valores apresentados para cada ano, devidamente actualizados.

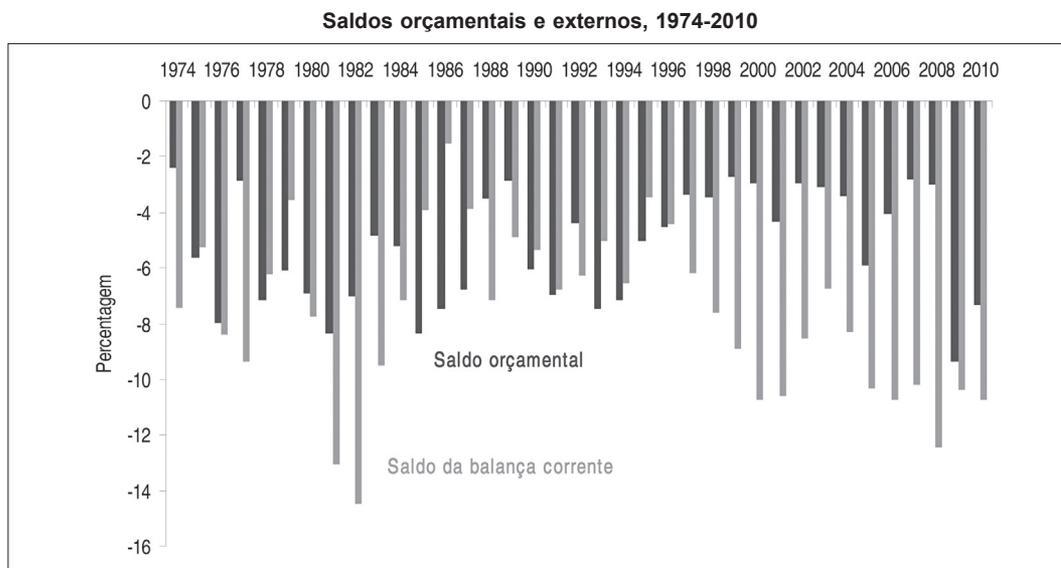
** Dívidas a terceiros de curto prazo, e dívidas a terceiros de médio e longo prazo. Dada a inexistência de quaisquer estimativas oficiais para o valor do endividamento das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) em 2009, considerou-se como projecção a média entre 2005 e 2009 do endividamento face ao PIB.

Nota: Os valores dos totais podem não coincidir com o somatório das parcelas devido a arredondamentos.

Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, INE, Comissão Europeia, Bloomberg; cálculos do autor.

1. Os Problemas Estruturais da Economia Portuguesa: Défices Gémeos Crónicos.

Portugal é o único país da União Europeia a registar saldos orçamentais e externos negativos desde 1974.



Fontes: Nuno Valério, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Comissão Europeia; cálculos do autor.

2. Actuação de Curto e Médio/Longo Prazos.

Portugal enfrenta dois problemas a que tem que dedicar grande atenção: um de curto prazo; outro de médio/longo prazo.

O problema de curto prazo prende-se com as dúvidas existentes quanto à capacidade financeira de o nosso País poder satisfazer os seus compromissos.

A solução passa por convencer a comunidade internacional e os nossos credores (de quem, tristemente, nos tornámos reféns) de que seremos capazes de consolidar as contas públicas, isto é, de reduzir de forma sustentável o desequilíbrio das contas públicas no mais breve espaço de tempo possível, actuando, de preferência, do lado da despesa – o que só em 2011 será feito pela primeira vez.

Mesmo assim, requerer ou não ajuda internacional pode não estar nas nossas mãos (a pressão internacional pode tornar-se insustentável, como aconteceu com a Grécia e a Irlanda). No entanto, se nada de extraordinário acontecer até lá, os primeiros dados da Execução Orçamental de 2011 (até face às desastrosas experiências de 2009 e 2010) poderão ser decisivos para esta questão.

As rubricas com maior peso na despesa pública são: “prestações sociais”, “despesas com o pessoal” e “consumos intermédios” (que, em conjunto, representam as “despesas de funcionamento”).

Uma efectiva reforma da Administração Pública (a que não poderá ser alheio repensar as funções do Estado) será essencial, até porque o PRACE foi um rotundo fracasso, quer em termos de prazos de implementação e de reorganização das estruturas, quer em termos financeiros (em 2010, o nível de poupança situou-se em cerca de EUR 2 mil milhões abaixo do previsto inicialmente pelo Governo).

Mas... o segundo – e maior – problema é o de natureza estrutural, de médio/longo prazo: a falta de competitividade, que impede uma maior produtividade e um maior crescimento económico.

Várias vertentes determinam a competitividade de um país.

Vertentes...	Em Portugal...	
Posição geográfica	Periférica relativamente ao centro da Europa; privilegiada relativamente a África, Américas	X ✓
Qualificação dos recursos humanos	Fraca, seja qual for a realidade comparável	X
Justiça	Muito lenta e pouco eficaz, afastando investidores	X
Burocracia na Administração Pública	Legislação complexa e sobreposta, serviços públicos burocráticos e ineficientes	X
Mobilidade	Infra-estruturas de transportes; mercado de arrendamento	X
Ambiente concorrencial	Baixo e prejudicial à produção de bens e serviços transaccionáveis).	X
Flexibilidade da legislação laboral	Baixa	X
Política Fiscal	Carga fiscal muito elevada; sistema fiscal muito complicado e pouco amigo da competitividade	X

Porém...

“A política fiscal de um Governo PS assentará em cinco vectores principais:

- a estabilidade;
- a equidade;
- a transparência;
- a simplicidade; e
- a eficiência”.

in Programa do XVII Governo Constitucional, 2005

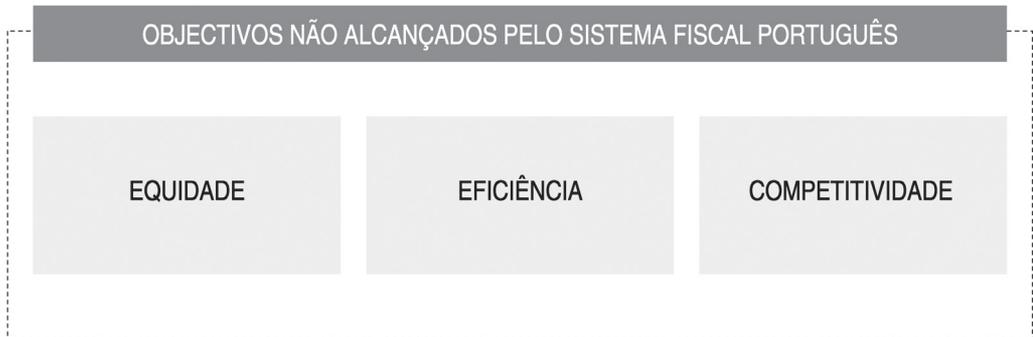
... e, no Programa do XVIII Governo Constitucional, a Política Fiscal é ainda mais mal-tratada!...

Perante a realidade que enfrentamos, **descurar** a vertente da **competitividade** na condução da **Política Fiscal** é um **erro crasso**.

3. Os Principais Problemas do Sistema Fiscal Português.

O sistema fiscal português deve ambicionar a promoção da equidade, da eficiência e, num contexto de grande mobilidade dos factores trabalho e capital deve, também, ter em atenção a competitividade.

Infelizmente, o nosso sistema fiscal actual não cumpre nenhum destes objectivos!



“Observatório da Competitividade Fiscal – 2010” (Deloitte):

A maioria das empresas inquiridas (74%) considera o sistema fiscal complexo e ineficaz, verificando-se uma acentuação desta tendência face ao ano anterior.

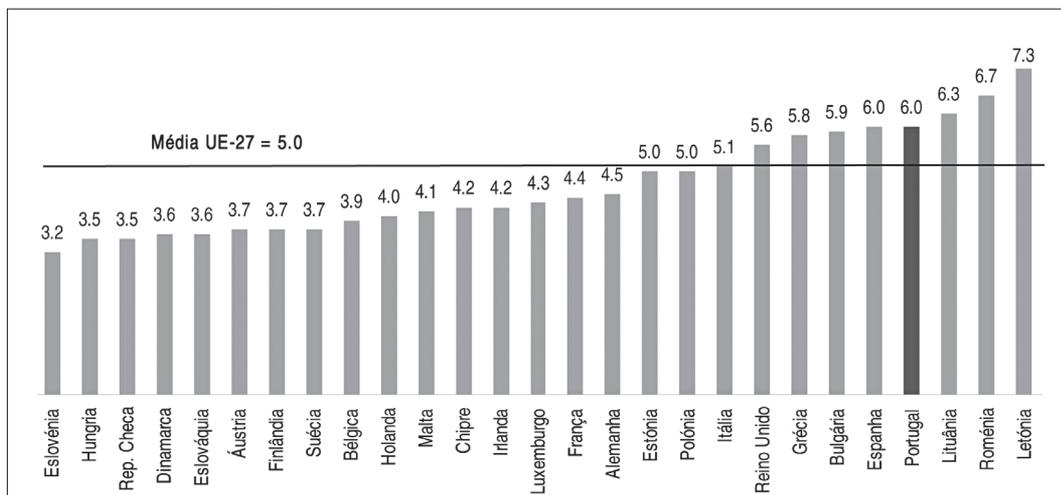
“Observatório da Competitividade Fiscal– 2010” (Deloitte):

Em 2010, de acordo com as 1000 maiores empresas portuguesas a operar em Portugal...

Obstáculos ao investimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior obstáculo ao investimento: Funcionamento da justiça ✓ Carga fiscal sobre as empresas é o 4º maior ✓ Instabilidade do sistema fiscal é o 5º maior ✓ Complexidade do sistema fiscal é o 7º maior
Avaliação da política fiscal	<p>83.4% das empresas inquiridas não considera que a política fiscal adoptada pelo Governo sirva como motor de desenvolvimento da competitividade do tecido empresarial português</p>

O sistema fiscal português não tem contribuído eficazmente para a redistribuição do rendimento. Em 2009, Portugal apresentava a quarta maior disparidade do rendimento entre ricos e pobres da UE-27: os 20% mais ricos da população dispunham de um rendimento 6 vezes superior aos 20% mais pobres. É necessário uma mudança de paradigma: a redistribuição do rendimento deverá passar a ser maioritariamente realizada pelo lado da despesa pública.

Desigualdade na distribuição do rendimento¹ na UE-27, 2009²



¹ Rendimento dos 20% mais ricos face aos 20% mais pobres. ² 2008 para Dinamarca, Itália e Reino Unido e média EU-27.

Fonte: Eurostat.

O sistema fiscal português não tem sido eficiente: é muito complexo¹, desviando recursos da economia para áreas pouco produtivas (como a perda de tempo por parte dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais; as avultadas despesas em serviços de consultoria fiscal/contabilidade; e a necessidade de uma máquina fiscal inoportável para as intermináveis verificações e inspecções à veracidade dos abatimentos, deduções e benefícios fiscais utilizados pelos contribuintes), e contribuindo para a fraude e evasão fiscais. Urge simplificar o sistema fiscal!

Causas e consequências da ineficiência do sistema fiscal português.

<p>Causas</p> <p>Consequências</p>	SISTEMA COMPLICADO	Diversidade de obrigações declarativas ² , pagamentos ³ , isenções, deduções e excepções
	PERDA DE TEMPO	Em média, uma empresa em Portugal despende 298 horas por ano a preparar, preencher e pagar os seus impostos, o 4º maior valor da UE-27
	DESPEAS AVULTADAS EM SERVIÇOS DE APOIO	Necessidade de gastos em serviços de consultoria fiscal, auditoria e contabilidade
	EVASÃO FISCAL	+ de 20% do PIB (entre EUR 35-40 mil milhões) Receita fiscal não cobrada: entre EUR 10-15 mil milhões
	MÁQUINA FISCAL PESADA ⁴	+ de EUR 542 milhões de despesa 12 423 colaboradores

¹ De acordo com o Observatório da Competitividade Fiscal em Portugal – 2010 (Deloitte), cerca de 74% dos empresários portugueses consideram o actual sistema fiscal ineficaz e complexo.

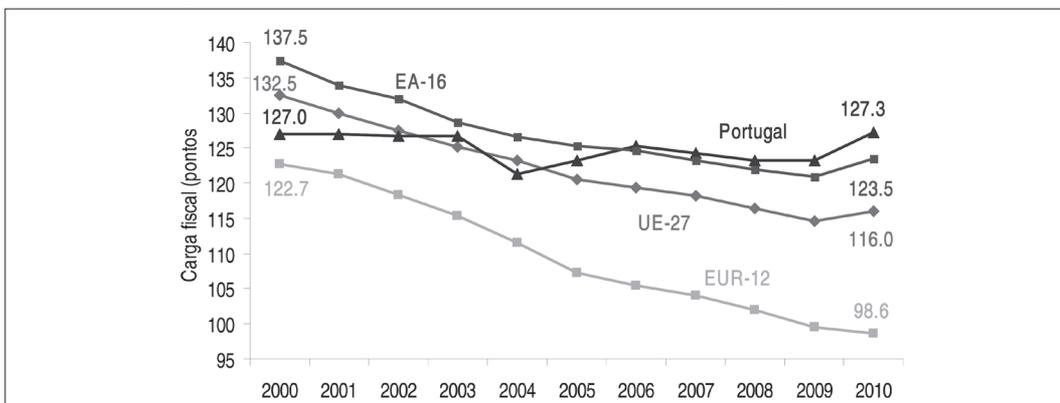
² No site da DGCI, as informações referentes às obrigações declarativas (para todos os contribuintes) estendem-se ao longo de 24 páginas A4, não havendo mês em que não haja qualquer modelo para enviar para o Fisco.

³ As obrigações contributivas mostram igualmente um preenchido calendário: 8 páginas que evidenciam que todos os meses há necessidade de efectuar pagamentos.

⁴ DGCI e DGAIEC (dados de 2009).

Fonte: Direcção-Geral dos Impostos (DGCI), OCDE, Banco Mundial.

Carga Fiscal* na UE-27, na EA-16, na EUR-12*** e em Portugal, 2000-2010.**



* Obtida como a soma da taxa máxima de IRS, da taxa standardde IRC, da taxa standardde IVA, e das contribuições para a Segurança Social de entidades empregadoras e de empregados.

** EA-16: Zona Euro (Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta e Portugal).

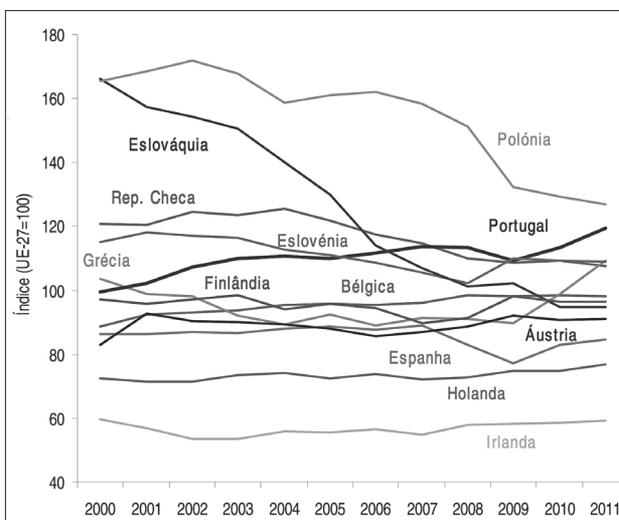
*** EUR-12: Países que aderiram à UE em 2004 (Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e Rep. Checa) e 2007 (Bulgária e Roménia).

Fontes: Comissão Europeia, OCDE, KPMG; cálculos do autor.

Esforço Fiscal: CargaFiscal* face ao PIB per capita, UE-27, 2011. UE-27=100**

Ranking	País	Carga Fiscal* (1)	PIB per capita** (2)	Carga Fiscal / PIB per capita (3) = (1) / (2) x 100
1	Luxemburgo	95.5	270.1	35.4
2	Irlanda	74.2	125.0	59.4
3	Holanda	99.6	129.5	76.9
4	Reino Unido	94.7	115.7	81.9
5	Alemanha	99.6	119.7	83.2
6	Espanha	85.4	100.8	84.7
7	Suécia	113.9	126.2	90.2
8	Áustria	111.5	122.4	91.1
9	Chipre	89.6	96.0	93.3
10	Eslováquia	70.4	74.3	94.7
11	Finlândia	108.7	112.6	96.6
12	Bélgica	112.9	114.9	98.3
13	Dinamarca	116.3	117.8	98.7
14	França	112.2	106.7	105.2
15	Itália	106.3	100.1	106.2
16	Rep. Checa	87.5	81.4	107.6
17	Eslovénia	95.4	87.6	108.9
18	Grécia	90.7	82.9	109.5
19	Malta	88.2	79.3	111.3
20	Portugal	91.0	76.2	119.5
21	Polónia	80.5	63.5	126.9
22	Estónia	84.2	64.9	129.7
23	Lituânia	73.0	54.0	135.3
24	Letónia	66.5	49.0	135.7
25	Hungaria	92.1	63.6	144.8
26	Bulgária	66.8	42.8	155.9
27	Roménia	69.8	44.0	158.7

Esforço Fiscal: Carga Fiscal* face ao PIB per capita, em países seleccionados da UE-27, 2000-2011.**



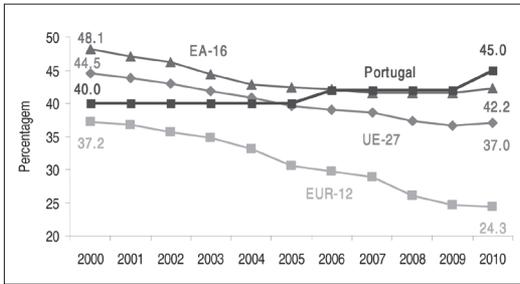
* Impostos directos, impostos indirectos e contribuições para a Segurança Social face ao PIB.

** Corrigido pelas paridades do poder de compra.

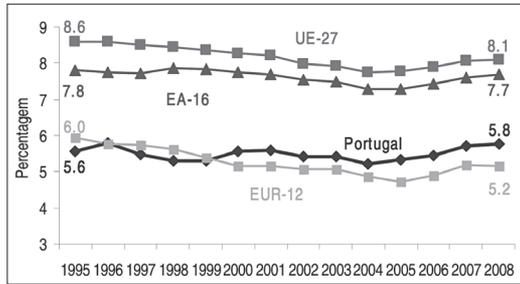
Fontes: Comissão Europeia; cálculos do autor.

4. Revisitando os Principais Impostos e Taxas em Portugal.

Taxas máximas de IRS, UE-27, 2000-2010.



Peso das receitas do IRS no PIB, UE-27, 1995-2008.



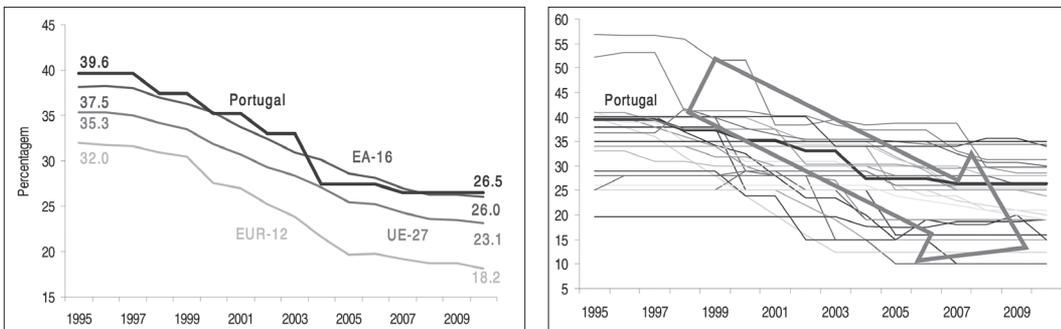
IRS: Taxas máximas (%), peso das receitas no PIB(%) e número de escalões nos países da UE-27, 2010.

Ranking (por taxa)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	9	11	12	13		
País	Bulgária	Lituânia	Rep. Checa	Roménia	Eslováquia	Estónia	Letónia	Chipre	Polónia	Hungria	Malta	Luxemburgo	França		
Taxa máxima (%)	10.0	15.0	15.0	16.0	19.0	21.0	26.0	30.0	32.0	32.0	35.0	39.0	40.0		
% PIB (2008)	3.0	6.6	4.0	3.4	2.8	6.3	6.3	5.0	5.4	7.7	5.8	7.7	7.7		
Número de escalões	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2	4	17	5		
Ranking (por taxa)	13	15	16	17	18	19	20	21	21	21	24	25	26	27	Média
País	Grécia	Eslovénia	Espanha	Itália	Portugal	Irlanda	Alemanha	Reino Unido	Áustria	Bélgica	Dinamarca	Holanda	Finlândia	Suécia	UE-27
Taxa máxima (%)	40.0	41.0	43.0	43.8	45.0	47.0	47.5	50.0	50.0	50.0	51.5	52.0	53.0	56.6	37.1
% PIB (2008)	4.7	5.9	7.5	11.7	5.8	8.2	9.6	10.7	10.4	12.6	25.3	7.2	13.3	14.2	8.1
Número de escalões	3	3	4	5	8	2	5	3	4	5	3	4	4	n.a.	3.6

n.a. – informação não disponível.

Fontes: INE, Comissão Europeia, OCDE, KPMG; cálculos do autor.

Taxas Standard de IRC nos países da UE-27, 1995-2010.

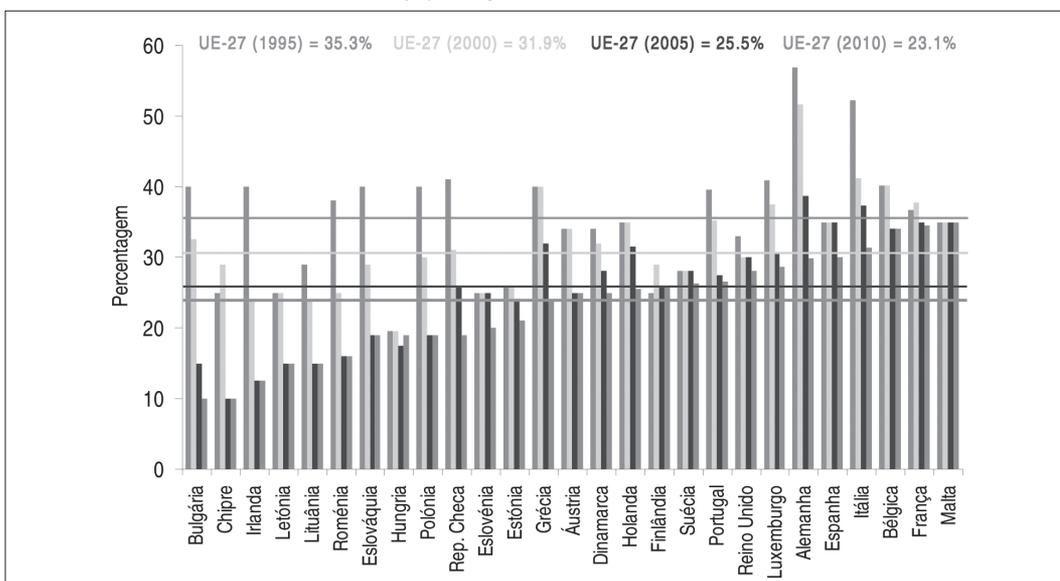


Taxas Standard de IRC nos países da UE-27, 2010 (por ordem crescente, %).

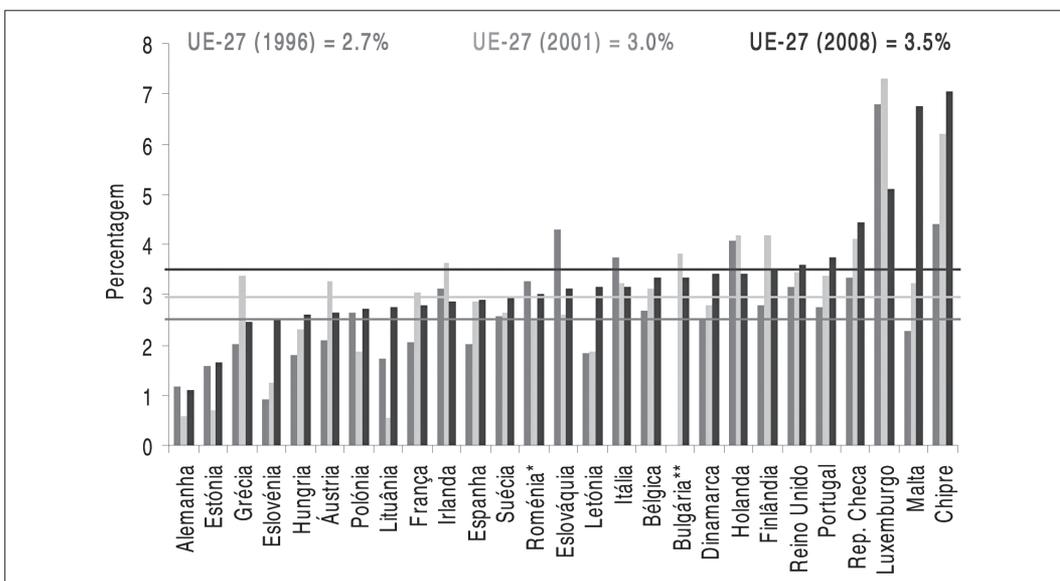
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Bulgária	Chipre	Irlanda	Letónia	Lituânia	Roménia	Eslováquia	Hungria	Polónia	Rep. Checa	Eslovénia	Estónia	Grécia	Áustria
10.0	10.0	12.5	15.0	15.0	16.0	19.0	19.0	19.0	19.0	20.0	21.0	24.0	25.0
15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	
Dinamarca	Holanda	Finlândia	Suécia	Portugal	Reino Unido	Luxemburgo	Alemanha	Espanha	Itália	Bélgica	França	Malta	
25.0	25.5	26.0	26.3	26.5	28.0	28.6	29.8	30.0	31.4	34.0	34.4	35.0	

Fontes: KPMG; cálculos do autor.

Taxas Standard de IRC (%) nos países da UE-27, 1995, 2001, 2005 e 2010.



Peso da receita do IRC (% do PIB) nos países da UE-27, 1996, 2001 e 2008.



* Apenas existem dados a partir de 2000. ** Apenas existem dados a partir de 2001.

Fontes: Comissão Europeia; cálculos do autor.

Na UE-27, as taxas de IRC desceram, mas as receitas subiram em geral, não prejudicando em nada as finanças públicas (benefício da concorrência; estímulo da actividade económica; desincentivo à fraude e evasão fiscais).

Como é visível, nem sempre as maiores taxas geram maior receita (casos da Alemanha, Eslováquia e Irlanda)...

Taxas de IVA nos países da UE-27, 2010.

Ranking	País	Taxa normal %	Taxa intermédia %	Taxa reduzida %	Ranking	País	Taxa normal %	Taxa intermédia %	Taxa reduzida %
1	Chipre	15	8	5	15	Rep. Checa	20		10
2	Luxemburgo	15	12	6	16	Portugal	21	13	6
3	Reino Unido	17.5	5		17	Bélgica	21	12	6
4	Espanha	18	8	4	18	Irlanda	21	13.5	4.8
5	Malta	18	5		19	Letónia	21		10
6	Alemanha	19	7		20	Lituânia	21	9	5
7	Holanda	19	6		21	Polónia	22	7	3
8	Eslováquia	19	6	10	22	Grécia	23	11	5.5
19	França	19.6	5.5	2.1	23	Finlândia	23	13	9
10	Austria	20	10		24	Roménia	24	5	9
11	Bulgária	20	7		25	Suécia	25	12	6
12	Eslovénia	20	8.5		26	Dinamarca	25		
13	Estónia	20	9		27	Hungria	25	18	5
14	Itália	20	10	4					

UE-27 (média aritmética)	20.4	10.2	6.5
EUR-12 (média aritmética)	20.4	8.8	7.2

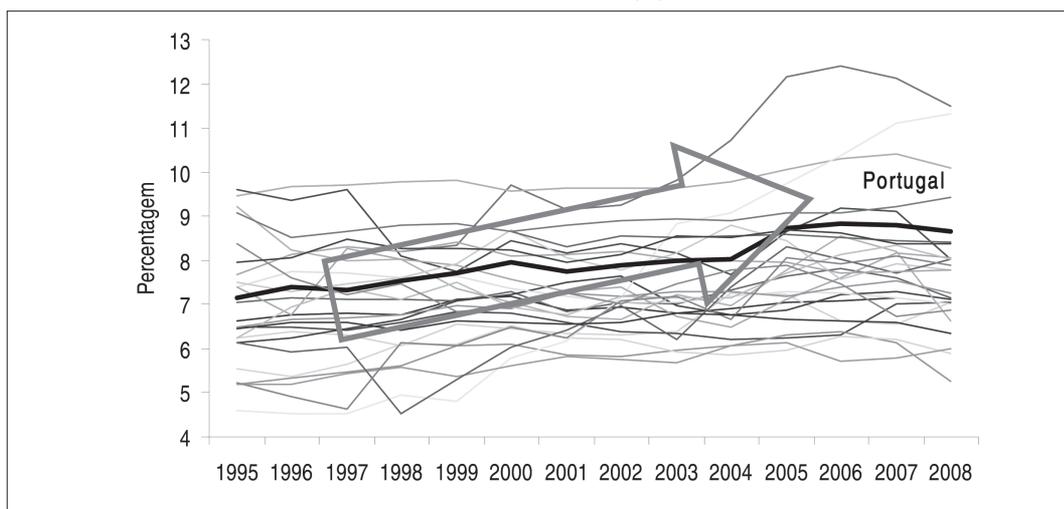
Fontes: Comissão Europeia, OCDE, KPMG; cálculos do autor.

Tributar o consumo, mesmo que não existam várias taxas de IVA, é progressivo: quanto mais se consome, mais se paga de imposto.

Com a subida da taxa normal de IVA em Espanha ocorrida em Julho último, a desvantagem de Portugal neste imposto face ao país vizinho reduziu-se; porém, com a subida prevista para 23% do IVA no nosso país em 2011, a nossa desvantagem tornará a alargar-se...

A tendência na Europa tem sido para um peso progressivamente crescente da tributação indirecta, o que também tem acontecido em Portugal – e para uma redução da tributação anónima dos impostos directos (o que já não aconteceu no nosso país).

Peso da receita do IVA no PIB (%)na UE-27.



Fontes: Comissão Europeia, OCDE.

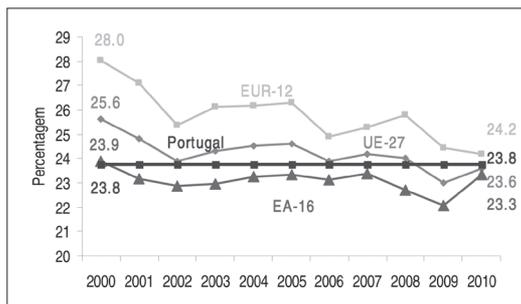
Informação relativa ao ISP nos países da UE-27, 2010.

Ranking	País	Preço total	Sem imposto	Imposto (total)	% Imposto no preço total	ISP	% ISP no preço total	Ranking	País	Preço total	Sem imposto	Imposto (total)	% Imposto no preço total	ISP	% ISP no preço total
1	Bulgária	1.02	0.50	0.52	51.16	0.35	34.5	1	Bulgária	0.99	0.51	0.47	47.80	0.31	31.1
2	Chipre	1.06	0.55	0.51	47.97	0.37	34.9	2	Luxemburgo	1.01	0.57	0.44	43.73	0.31	30.7
3	Roménia	1.09	0.53	0.56	51.42	0.35	32.2	3	Lituânia	1.03	0.58	0.45	44.01	0.27	26.7
4	Letónia	1.09	0.54	0.55	50.56	0.36	33.2	4	Chipre	1.06	0.58	0.48	45.32	0.34	32.3
5	Estónia	1.10	0.50	0.61	54.93	0.42	38.3	5	Malta	1.08	0.56	0.52	47.88	0.35	32.6
6	Polónia	1.14	0.51	0.62	54.80	0.42	36.9	6	Roménia	1.08	0.58	0.50	46.48	0.29	27.3
7	Luxemburgo	1.15	0.53	0.61	53.34	0.46	40.3	7	Letónia	1.08	0.58	0.50	46.35	0.31	29.0
8	Espanha	1.17	0.55	0.62	52.84	0.44	37.6	8	Polónia	1.09	0.57	0.52	47.80	0.32	29.8
9	Lituânia	1.18	0.54	0.64	54.20	0.43	36.8	9	Espanha	1.10	0.59	0.51	46.50	0.34	31.2
10	Malta	1.19	0.57	0.62	52.09	0.44	36.8	10	Estónia	1.10	0.53	0.58	52.23	0.39	35.6
11	Austria	1.19	0.51	0.68	57.33	0.49	40.7	11	Austria	1.12	0.55	0.57	51.02	0.39	34.4
12	Eslóvenia	1.21	0.49	0.72	59.33	0.50	40.9	12	Eslóvaquia	1.12	0.58	0.55	48.71	0.37	32.7
13	Hungria	1.23	0.54	0.70	56.54	0.45	36.2	13	Finlândia	1.15	0.61	0.55	47.31	0.33	28.6
14	Eslóvaquia	1.25	0.54	0.71	57.06	0.51	41.1	14	Portugal	1.16	0.60	0.57	48.74	0.36	31.4
15	Rep. Checa	1.27	0.54	0.74	57.77	0.52	41.1	15	França	1.16	0.54	0.62	53.24	0.43	36.8
16	Irlanda	1.32	0.52	0.79	60.15	0.56	42.8	16	Holanda	1.17	0.54	0.62	53.41	0.44	37.4
17	Reino Unido	1.34	0.47	0.86	64.72	0.67	50.4	17	Eslóvenia	1.18	0.53	0.64	54.63	0.44	37.4
18	França	1.34	0.51	0.83	61.75	0.61	45.4	18	Bélgica	1.19	0.59	0.60	50.49	0.39	33.1
19	Itália	1.35	0.56	0.79	58.31	0.56	41.6	19	Hungria	1.19	0.59	0.61	50.72	0.36	30.4
20	Portugal	1.36	0.54	0.82	60.25	0.58	42.9	20	Alemanha	1.21	0.55	0.66	54.75	0.47	38.8
21	Suécia	1.36	0.49	0.87	63.71	0.60	44.2	21	Dinamarca	1.22	0.59	0.63	51.91	0.39	31.9
22	Alemanha	1.38	0.50	0.87	63.43	0.65	47.5	22	Itália	1.22	0.60	0.63	51.23	0.42	34.6
23	Bélgica	1.39	0.54	0.86	61.44	0.61	44.1	23	Rep. Checa	1.24	0.59	0.65	52.60	0.45	35.9
24	Dinamarca	1.42	0.57	0.86	60.17	0.57	40.2	24	Irlanda	1.24	0.56	0.69	55.07	0.47	37.7
25	Finlândia	1.44	0.56	0.88	61.03	0.61	42.3	25	Suécia	1.29	0.56	0.73	56.28	0.47	36.7
26	Holanda	1.47	0.52	0.96	64.81	0.72	48.8	26	Grécia	1.30	0.64	0.67	51.16	0.42	32.4
27	Grécia	1.49	0.53	0.96	64.56	0.68	45.8	27	Reino Unido	1.37	0.50	0.87	63.48	0.67	49.1
Média		1.26	0.53	0.73	57.62	0.52	40.65	Média		1.15	0.57	0.59	50.48	0.39	33.55

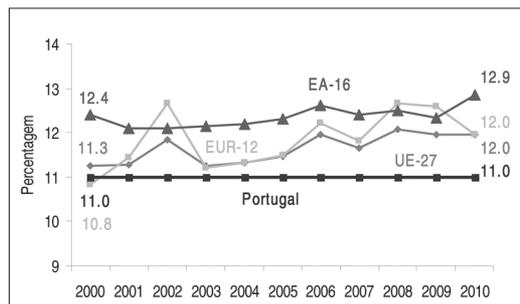
* Últimos valores comparáveis disponíveis.

Fontes: Comissão Europeia; cálculos do autor.

Taxas das contribuições para a Seg. Social das entidades empregadoras na UE-27, 2000-2010.



Taxas das contribuições para a Seg. Social dos empregados na UE-27, 2000-2010.



Contribuições para a Seg. Social (empregadores + empregados) nos países da UE-27: taxa e peso no PIB.

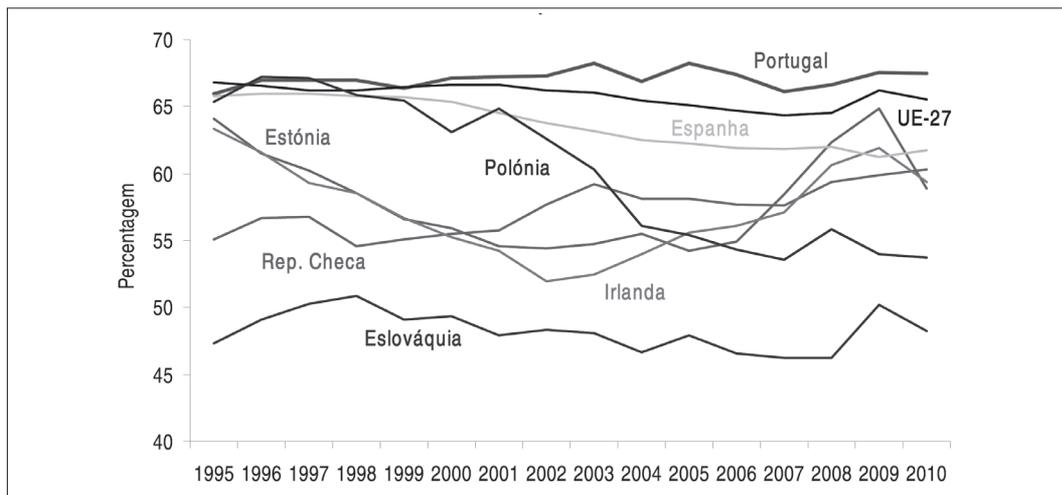
Ranking (por taxa)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
País	Dinamarca	Chipre	Irlanda	Malta	Reino Unido	Holanda	Luxemburgo	Bulgária	Finlândia	Letónia	Portugal	Polónia	Espanha	Estónia
Taxa (%)	8.0	15.6	19.8	20.0	23.8	26.5	27.2	29.7	32.7	33.1	34.8	35.6	36.3	37.2
% PIB (2008)	1.0	7.7	5.3	6.2	6.8	14.5	10.1	8.1	12.1	8.2	11.9	11.4	12.3	11.8
Ranking (por taxa)	15	16	17	18	19	19	21	22	23	24	25	26	27	Média
País	Eslóvenia	Suécia	Alemanha	Áustria	Itália	Lituânia	Grécia	Roménia	Rep. Checa	Hungria	Bélgica	Eslóvaquia	França	UE-27
Taxa (%)	38.2	38.4	39.6	39.9	40.0	40.0	44.1	44.9	45.0	45.5	47.5	48.6	68.4	35.6
% PIB (2008)	14.1	11.3	15.1	14.4	13.4	9.0	12.2	9.3	16.2	13.8	13.9	12.0	16.1	11.0

Fontes: Comissão Europeia, OCDE, KPMG; cálculos do autor.

Portugal não aparece mal colocado no universo europeu das Contribuições Sociais.

No entanto, o nosso país é, na UE-27, dos que mais intensamente usa o factor trabalho – em que somos menos competitivos (baixas qualificações, menor produtividade) e, logo, menos eficazes (daí o empobrecimento relativo que temos vindo a atravessar).

Peso do factor trabalho (salários) no PIB em países europeus seleccionados, 1995-2010.



Fonte: Comissão Europeia.

Outros factores, menos intensivamente utilizados, como o capital, deveriam, assim, ser potenciados: como mostram várias experiências europeias, em países com maior utilização intensiva do factor capital, o crescimento económico tem sido mais elevado (Irlanda, Eslováquia, República Checa, Espanha, Polónia, Estónia, entre outros). E, aqui, é a simplificação de todo o sistema fiscal, acompanhada de uma correspondente redução de taxas dos principais impostos (sobretudo em sede de IRC), que tem maior influência. Estruturalmente, será a melhor forma para se conseguir aumentar o crescimento económico e, com ele, o emprego, o nível de vida da população e... os salários (que, assim, mesmo perdendo peso no PIB, terão certamente uma evolução bem mais positiva do que a registada nos últimos anos).

No entanto, dada a difícil conjuntura que o País enfrenta, em que, a par da obrigatória consolidação orçamental que deve ser realizada, é imperioso aumentar a competitividade num ambiente em que é impossível recorrer a desvalorizações da moeda como acontecia no passado (o que, ainda que artificialmente, nos tornava mais competitivos), parece ser apropriado criar condições que permitam proceder a “desvalorizações competitivas”: a redução dos custos de trabalho para as empresas pela redução da taxa social única por elas suportada, como recomendado pela OCDE.

De modo a não perder receita, esta descida conjuntural das contribuições sociais dos empregadores poderá ser feita por troca, por exemplo, com a subida do IVA (consignado à Segurança social, de modo a não colocar em causa a sustentabilidade deste subsector das Administrações Públicas).

5. Que Política Fiscal para Portugal?

Portugal tem prosseguido uma política fiscal sem rumo e desadequada da realidade internacional, ao sabor de uma política orçamental errada, com um nível de despesa pública (nomeadamente a despesa corrente primária) muito elevado para o nível de riqueza do país e também para a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

A despesa pública tem assentado numa carga fiscal crescente e excessiva em relação ao nível de rendimento médio existente em Portugal.

Infelizmente, o OE'2011 não é o ponto de partida para a necessária, indispensável mesmo, redução do esforço fiscal relativo em Portugal. Depois de ter descido em 2009 devido à queda pronunciada da receita fiscal, o esforço fiscal relativo tornará a subir em 2010 e também em 2011, situando-se em cerca de 20% acima da média europeia. Em Espanha, por exemplo, o esforço fiscal relativo, mesmo com o aumento de impostos previsto para 2010, situar-se-á em cerca de 15% abaixo da média da União Europeia.

A economia portuguesa encontra-se fiscalmente sufocada, e enquanto esta situação não se inverter, o nosso crescimento económico não apresentará o dinamismo que todos ambicionamos.

O exemplo do que se passou na União Europeia entre 1998 e 2008 (antes dos maiores efeitos da crise) é elucidativo. Neste período de tempo, 18 países de entre os 27, reduziram a carga fiscal; destes, 14 tiveram um crescimento médio do PIB superior à média europeia.

Todos os dez países que mais cresceram reduziram a sua carga fiscal.

Já Portugal registou uma das piores posições no crescimento económico durante este período (24º lugar entre os 27), tendo registado uma subida de 3.3 pontos percentuais da sua carga fiscal.

A descida da carga fiscal é um factor fundamental para aumentar o crescimento económico – o que é essencial para resolvermos os problemas que nos afligem, desde o défice público ao endividamento externo passando pelo desemprego e pela desigualdade na distribuição do rendimento.

Evidentemente, para reduzir a carga fiscal é preciso reduzir igualmente a despesa pública para níveis comportáveis – o que não foi feito ao longo dos últimos anos, em que a luta contra o défice público se centrou precisamente (e erradamente) no aumento de impostos.

É necessário uma mudança da filosofia de redistribuição de rendimento através do sistema fiscal, para ajudas e apoios directos aos grupos da sociedade que se pretende beneficiar através da despesa pública. Consoante a declaração de rendimentos dos utentes (que deve ser o mais clara, simples e curta possível) dever-se-á dar:

- maior apoio aos contribuintes de mais baixos rendimentos;
- menor ou mesmo isenção de apoio aos contribuintes de rendimentos mais elevados.

Crescimento económico e carga fiscal na UE-27, 1998-2008

Países	Crescimento médio anual do PIB (%)	Varição da carga fiscal no PIB (pontos percentuais)
1. Letónia	6.7	-4.6
2. Lituânia	6.3	-1.6
3. Estónia	6.2	-2.2
4. Irlanda	5.8	-1.2
5. Bulgária	5.5	-1.7
6. Eslováquia	5.0	-7.8
7. Luxemburgo	4.9	-3.8
8. Eslovénia	4.4	-0.7
9. Roménia	4.3	-0.7
10. Polónia	4.3	-1.5
16. Finlândia	3.5	-3.3
17. Suécia	3.1	-4.5
20. Holanda	2.6	-0.4
21. Áustria	2.6	-1.9
22. França	2.2	-0.8
23. Bélgica	2.2	-1.1
25. Dinamarca	1.7	-1.5
26. Alemanha	1.6	-1.4
União Europeia (27)	2.3	-1.0
24. Portugal	1.9	3.3

Fontes: Comissão Europeia, cálculos do autor.

A saúde, a educação ou a natalidade são exemplos de áreas em que o apoio financeiro deve ser concedido directamente, no caso das famílias; a investigação e desenvolvimento (R&D) no caso das empresas.

O sistema fiscal deve ser simples, de molde a facilitar o cumprimento das obrigações fiscais, a canalizar os recursos despendidos pelos contribuintes para áreas mais reprodutivas da economia, e a evitar a fraude e evasão fiscais...

...E com taxas baixas para fomentar a competitividade, o investimento, a criação de emprego e o crescimento económico...

... O que significa maximizar a obtenção de riqueza e alargar a base fiscal – para que existam recursos suficientes que possibilitem então, do lado da despesa, praticar uma maior justiça social e uma distribuição de rendimentos mais equitativa.

Na tributação directa, é grande a urgência para uma intervenção estruturada ao nível de IRC e IRS, uma vez que a realidade portuguesa se encontra cada vez mais distante da Europeia, o que tem, a par de outros factores, ajudado a minar a competitividade e atractividade da nossa economia.

A tendência deve ser para, garantindo que não se perde receita,

- A redução das taxas de IRC e IRS;
- O regresso ao sistema de uma taxa proporcional no IRC e introdução de um sistema forfetário para pequenos contribuintes;
- A redução do elevado número de escalões no IRS (8), aproximando o nosso país da realidade europeia;
- A redução drástica do elevadíssimo número de deduções, isenções e excepções, quer em sede de IRS, quer de IRC, que todos os anos proliferam como cogumelos e tanto dificultam a vida aos contribuintes e à própria administração fiscal.

Na tributação indirecta, a necessidade de intervenção é menor.

- Um dos aspectos mais relevantes prende-se com o seu nível comparado com os países fronteiriços – pois divergências de elevada magnitude podem levar à deslocalização de consumo entre países e aos consequentes efeitos negativos quer sobre a economia, quer sobre as contas públicas.
- Espanha é o único país com que Portugal tem fronteira e, como tal, é para o nível da tributação indirecta no país vizinho que se deve dar atenção no nosso país – porque hoje, dado o diferencial existente quer em sede de IVA, quer de ISP, é bastante compensador para os portugueses consumirem uma larga maioria de bens no país vizinho (o que beneficia a economia e – ironicamente – as contas públicas espanholas).
- A filosofia da tributação em sede de IVA e de ISP deve ser, a médio prazo, a de uma aproximação progressiva à situação praticada em Espanha.

Nas contribuições sociais, conjuntamente, faz sentido ensaiar uma “desvalorização competitiva”, descendo a taxa social única suportada pelas empresas (um “balão de oxigénio” para baixar os custos do tecido empresarial numa altura em que as dificuldades são enormes e não se prevê que venham a diminuir nos tempos mais próximos); se necessário, para não perder receita, esse movimento poderá ser feito por troca, por exemplo, com a subida do IVA (consignando esta receita à Segurança Social).

6. Conclusões

Portugal enfrenta, hoje, uma situação de emergência perante a comunidade internacional, decorrente do contágio da crise na Grécia e da fama (correcta) de ser financeiramente indisciplinado (défices público e externo crónicos). Para enfrentar esta conjuntura de forma convincente, há que reduzir, efectivamente, a curto prazo (no mais breve espaço de tempo possível), o desequilíbrio das contas públicas – diminuindo o peso da despesa pública no PIB, nomeadamente as despesas correntes e, dentro destas, as

- despesas de funcionamento (o que implica uma verdadeira reestruturação da Administração Pública e um debate como ainda não houve em Portugal sobre as funções do Estado; e um combate ao desperdício e à despesa inútil do Estado);
- despesas sociais (limitar as não contributivas, uma vez que a reforma da Segurança Social de 2006 veio assegurar a solvabilidade do sistema de pensões até cerca de meio do presente século – à custa de uma redução substancial das pensões de reforma).

Em termos estruturais, o grande problema da economia portuguesa é a falta de competitividade.

Para tornar a economia portuguesa mais atractiva e competitiva – num ambiente em que não é possível recorrer a instrumentos de política económica como as políticas monetária e cambial, como acontecia no passado –, é essencial remover os chamados custos de contexto

Tal significa actuar em áreas como a qualificação dos recursos humanos, a justiça, a burocracia na Administração Pública, a mobilidade territorial (infra-estruturas de transportes e mercado do arrendamento), o ambiente concorrencial, a flexibilidade laboral e, lastbutnotleast, a política fiscal. Nenhuma destas vertentes pode ser secundarizada, sob pena de não se resolver nenhum dos problemas que Portugal enfrenta (incluindo o da sustentabilidade das despesas de saúde e sociais, das contas públicas como um todo, e do endividamento externo).

Infelizmente, a política fiscal tem vindo a ser esquecida, o que constitui um erro crasso de qualquer mix de política económica virada para a competitividade, sobretudo na realidade global e concorrencial que enfrentamos.

Uma actuação em matéria de política fiscal como atrás sugerido ao nível dos impostos directos, dos impostos indirectos e das contribuições sociais poderá ajudar – e muito – a aumentar a produtividade e recolocar a economia portuguesa na rota da competitividade e atractividade aos olhos dos investidores. E, assim, conseguir o dinamismo necessário para criar riqueza, potenciar o emprego e aumentar o nível de bem-estar da população.

